



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 4.372 DE 2012**

Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.372 de 2012.

#### **EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se parágrafo único ao art. 2º, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Os processos que tramitarem no INSAES deverão atender aos princípios da finalidade, legalidade, contraditório, motivação, razoabilidade, moralidade, interesse público, economia, celeridade processual e eficiência, bem como o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.”

#### **JUSTIFICATIVA**

Quando a lei educacional (LDB) cria a figura do “reconhecimento”, que não é prevista na Constituição, com ela se confunde a palavra “acreditação”, cujo conceito não consta do projeto. É possível prever no Projeto a existência da “acreditação de cursos”, desde que feita por agência de renome e de livre escolha da instituição de educação. Por exemplo: uma faculdade ou uma universidade pode firmar contrato ou convênio com uma instituição nacional ou estrangeira para acreditar seu curso de administração, ou de medicina, ou de direito etc., concedendo-lhe um “selo de qualidade”, ou seja, “acreditada”.

Sala da Comissão, em                      de novembro de 2013.

---

**Deputado ANDRÉ MOURA**  
**PSC / SE**

**\*D90251CD26\***

**D90251CD26**